

Negociar caso a caso com os estados

GAZETA MERCANTIL

- 6 JUL 1993

por Claudia Safatle
de Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, jogou para agosto a decisão do governo de pedir urgência urgentíssima para a votação do projeto de lei da rolagem das dívidas dos estados e municípios. A opção da equipe econômica é tentar uma negociação caso a caso, rompendo, assim, com a força política do que considera ser um cartel de devedores. Se esse for um caminho vantajoso para a União, em agosto o governo pedirá a retirada do projeto de lei do Congresso Nacional. Caso contrário, pedirá urgência urgentíssima ao projeto no mês que vem.

"Não precisamos optar entre uma coisa e outra. Enquanto a lei não é possível, avançamos em outras negociações", disse ontem o ministro da Fazenda, depois de ter almoçado com o prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, conforme relato da repórter Raquel Stenzel.

A avaliação técnica do projeto de lei substitutivo, de autoria do deputado Germano Rigotto (PMDB/RS), feita pelos economistas do Ministério da Fazenda, é de que ele tende a ser prejudicial para o Tesouro Nacional.

A rigor, o Ministério da Fazenda não teve condições de calcular, na ponta do lápis, se se trata de um projeto vantajoso ou não para a União, pois não dispõe de números incontestáveis sobre o resultado de um eventual encontro de contas entre a União e suas empresas e os estados e municípios e suas empresas.

Sabe-se, por exemplo, que os estados e municípios

têm uma dívida superior a US\$ 20 bilhões com a União (dívidas contratuais envolvendo Tesouro Nacional, Caixa Econômica Federal e BNDES). Reconhece como créditos dos estados com a União apenas as Contas de Resultados a Compensar (CRC), do setor elétrico. Nesse caso, numa contabilidade feita *grosso modo*, tomando como saldo de CRC a quantia de US\$ 7,8 bilhões, restariam mais de US\$ 12 bilhões de créditos líquidos para a União.

A área técnica defende, no entanto, que as negociações devem ser feitas individualmente, com cada estado, e por credores e devedores, para não

(Continua na página 5)

O governador do Estado de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, disse ontem que os bancos privados formam uma "força contrária" a um acordo da rolagem da dívida dos estados. Ainda assim, ele acredita que há disposição para fechar um acordo ainda nesta semana. A Secretaria da Fazenda da Bahia avalia que acordos em separado podem prejudicar alguns estados.

(Ver página 5)

Negociar caso a caso com...

por Claudia Safatle
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

misturar créditos de CRC das concessionárias estaduais com débitos que outros órgãos do governo estadual tenham com a CEF e o BNDES, por exemplo. Débitos do setor elétrico devem ser negociados separadamente e os estados alegam que as supridoras federais lhes devem. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Para o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Clóvis de Barros Carvalho, essa idéia do encontro de contas é como um

“conto de fadas”. Ele disse a este jornal que recebe com frequência em seu gabinete representantes de governos estaduais ou municipais cobrando dívidas que, efetivamente, inexistem. Citou como exemplo um prefeito que veio cobrar uma conta por ter feito recapeamento de um trecho de uma rodovia federal, que teria que ser de responsabilidade do DNER. Ou como fez ontem o prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, que contabilizou como dívida com a prefeitura de São Paulo financiamentos contratados junto à CEF cujas parcelas ainda não foram todas liberadas.

O deputado Germano Rigotto negociou com todos os estados a elaboração do projeto de lei substitutivo e acha que ele seria aprovado sem dificuldades, ainda nesta semana, se o governo tivesse solicitado urgência. Ele disse ao repórter Eduardo Hollanda que se isso tivesse ocorrido o governo estaria ganhando tempo, pois na volta do recesso parlamentar faltaria apenas a aprovação do Senado Federal para que a lei entrasse em vigor. A partir daí, em 150 dias todos os contratos de rolagem deveriam estar assinados. Tendo em mãos uma lei, raciocina o deputado, o governo teria instrumentos mais

fortes de pressão junto aos devedores estaduais e municipais.

O ministro da Fazenda tem outros instrumentos para induzir os estados e municípios à negociação, começando pela não concessão de aval do Tesouro Nacional para empréstimos a governadores ou prefeitos inadimplentes com a União.

ESTATAIS

A Secretaria de Administração Federal (SAF) deverá divulgar hoje a lista das empresas estatais, autarquias e fundações que não entregaram as informações sobre salários e benefícios pagos aos funcionários, segundo a Agência Globo.